

EMENDA Nº
(ao PL 182/2024)

Dê-se ao inciso II do art. 26 do Projeto, na forma proposta pelo Substitutivo, a seguinte redação:

“Art. 26.....

.....

II – possuir capital social mínimo para certificadores, equivalente ao exigido para companhia hipotecária, previsto no art. 1º da Resolução nº 2.607/99 do Banco Central, que alterou o inciso IV do art. 1º do Regulamento Anexo II, à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994.

.....”

Suprima-se o § 3º do art. 26 do Projeto, na forma proposta pelo Substitutivo.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso II do art. 26 estabelece capital mínimo para certificadores e desenvolvedores de projetos de crédito de carbono. Entendemos que a exigência é correta para os certificadores, que são as entidades que definem as metodologias e os procedimentos a serem seguidos pelos projetos de geração de créditos de carbono, emitindo os créditos de carbono se tais metodologias e procedimentos forem corretamente executados. Isso porque tais empresas são caracterizadas pelo grande porte e pela atuação internacional, o que naturalmente, exige um capital mínimo para a viabilidade de sua operação.

Entretanto, no caso dos desenvolvedores, que é a empresa responsável pela implementação do projeto de geração de crédito de carbono, fazendo a interface entre a certificadora e o gerador do projeto de crédito de carbono, a exigência de capital mínimo não é justificada, pois essas são empresas



menores e que normalmente operam em nível nacional. Seu principal capital não é físico ou financeiro, mas sim intelectual. Elas detêm o conhecimento necessário para viabilizar a implantação dos projetos de crédito carbono. Dessa forma, o volume de capital financeiro possuído por essas empresas está longe de ser o fator mais relevante para a execução de suas atividades. A exigência de capital mínimo para os desenvolvedores irá criar uma desnecessária barreira à entrada nesse mercado.

Propomos, então, a alteração da redação do inciso II do art. 26 para eliminar a exigência de capital mínimo para os desenvolvedores e a supressão do § 3º do mesmo artigo, que permitia ao regulador alterar o valor do capital mínimo exigido para os desenvolvedores.

Diante do relevante impacto ambiental e econômico positivos, pede-se o apoio dos nobres Pares para aprovação desta emenda.

Sala das sessões, 12 de novembro de 2024.

Senador Efraim Filho
(UNIÃO - PB)

